

**ATA**

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Referiu um artigo publicado no dia de hoje no “Jornal de Notícias” sobre uma questão relacionada com o representante do Município de Guimarães na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães (CPCJG), que estará numa situação ilegal. Disse que, de acordo com a publicação, poderá estar em causa o facto de um dos elementos ter excedido o número de mandatos permitidos por lei, sendo esse elemento o seu Presidente, que não pode invocar desconhecimento da lei, cargo para que foi nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães. Continuou, referindo que as decisões tomadas pela CPCJG poderão estar feridas de invalidade pela circunstância de o Presidente se encontrar sem mandato. Disse que o objetivo da sua intervenção era questionar o que se passava, não deixando de

considerar que a situação poderá ser demasiado grave. Apelando à grande sensibilidade desta matéria, perguntou o que pensava a Câmara Municipal fazer em face deste perigo potencial que decorre da circunstância de o representante do Município poder não estar em condições de exercer o seu mandato. -----

**2 – Vereadora Adelina Paula Pinto – a)** - Começou por esclarecer que a CPCJG é uma comissão constituída por representantes do Município, da Segurança Social, da Saúde, da Educação, de instituições de solidariedade social e de outras entidades com competência em matéria de infância e juventude, estando todas presentes em paridade, com as mesmas responsabilidades e deveres, não havendo supremacia de umas em relação a outras. Informou, a propósito, que a CPCJG é coordenada pela Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco (CNCJR), dirigida pelo Dr. Armando Leandro, pelo que a Câmara Municipal de Guimarães não tem nenhum ascendente a não ser designar um elemento para a CPCJG, como fazem os restantes. Disse que o que aqui está em causa é uma questão jurídica de saber se a contagem dos seis anos consecutivos se faz enquanto o Dr. Pedro Ivo Lobo desempenhou funções de técnico de acompanhamento ou se inicia apenas quando foi designado elemento da Comissão em representação do Município. Por tal, disse considerar que esta questão deve ser esclarecida pela CNCJR que coordena as restantes comissões, pelo que foi já solicitado parecer ao Dr. Armando Leandro, que está pessoalmente a tratar deste assunto, informando que seria dado conhecimento à Câmara logo que tal decisão seja comunicada; **b)** – Informou que em Guimarães não há nenhuma escola privada com contrato de associação, referindo haver apenas dois nichos de alunos provenientes das EB1 de Eirinha e Guardizela que são integrados na Cooperativa de Ensino



Didáxis e no Externato Delfim Ferreira. Contudo, disse que já há algum tempo que a Câmara Municipal está a tentar sensibilizar o Ministério da Educação no sentido de que seja possível incorporar aqueles alunos nas escolas de origem, ou seja, nos Agrupamentos de Escolas de Pevidém e Virgínia Moura, por apresentarem capacidade para os receber. Por tal razão, disse que há quatro anos atrás ficou decidido, em sede de Conselho Municipal de Educação, que a Câmara Municipal deixaria de assumir o custo com o transporte dos alunos que iniciariam o 5.º ano nos dois estabelecimentos de ensino já referidos, assumindo apenas o custo com o transporte dos alunos dos anos subsequentes, numa lógica de prosseguimento de estudos. Disse, ainda, que, ao assumir o transporte de alunos para as escolas das suas áreas de residência, a Câmara Municipal está a defender a equidade e a escola pública.-

**3 – Vereador António Monteiro de Castro** – Manifestou o profundo descontentamento pelo facto de ter sido prática desta Câmara não fazer chegar ao conhecimento dos Vereadores os convites formulados por entidades e endereçados ao Presidente da Câmara por via de correspondência ou e-mail. Disse entender tal atitude como de desconsideração pelos Vereadores expressando o seu pedido para que seja dado conhecimento do convite no caso de ser extensível à Vereação. -----

**4 – Vereador Ricardo Araújo** – Quis saber por que motivo os Laboratórios Criativos, integrados no complexo da Plataforma das Artes e da Criatividade, passaram para a responsabilidade do Município de Guimarães, através da Divisão de Desenvolvimento Económico, quando essa competência pertencia à Cooperativa A Oficina. -----

**5 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** - Disse que a notícia veiculada no “Jornal de Notícias” sobre a CPCJG causou-lhe alguma

apreensão que considerou ter ficado esclarecida com a intervenção da Vereadora Adelina Paula Pinto; **b)** – Quis saber o ponto de situação relativamente à isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios situados em zona classificada como Património Mundial; **c)** – Referiu a sessão de esclarecimento sobre a proposta do novo regime do arrendamento apoiado realizada na sede da Associação de Moradores do Bairro da Emboladoura, numa iniciativa dos deputados vimaranenses eleitos pelo Partido Socialista, perguntando qual a posição da Câmara relativamente à possível gestão dos bairros pertencentes ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), uma vez que lhe pareceu haver uma mudança de entendimento sobre esta matéria; **d)** – Sobre os contratos de associação com escolas privadas disse concordar com a análise feita pela Vereadora Adelina Paula Pinto, manifestando satisfação pela defesa da escola pública. -----

**6 – Presidente da Câmara – a)** – Começou por dizer que na última reunião do Conselho Municipal de Segurança e na sequência da intervenção do Dr. Pedro Ivo Lobo, percebeu a existência de alguma insuficiência em termos de financiamento e de condições de funcionamento da CPCJG, situação que disse estar a diligenciar juntamente com a Vereadora Adelina Paula Pinto. No que respeita à notícia veiculada disse que já foram solicitados os devidos esclarecimentos à CNCJR, entidade com responsabilidades nesta matéria e com autonomia para resolver a questão sem intervenção da Câmara Municipal; **b)** - Quanto à questão levantada pelo Vereador António Monteiro de Castro disse que quem deve representar a Câmara é o seu Presidente que, nos seus impedimentos, se deverá fazer representar por um Vereador. Disse ser seu entendimento que caso as instituições queiram convidar toda a Vereação deverão fazê-lo dirigindo o convite a cada um dos



Vereadores. Alertou para que as instituições não se deixem partidarizar nem politizar nos eventos que realizam seguindo uma lógica de adulteração da representatividade municipal. Disse que de futuro dará conhecimento a cada um dos Vereadores dos convites endereçados ao Presidente da Câmara e extensíveis à Vereação, não deixando de manifestar, contudo, que a representação do Município é competência do Presidente da Câmara; **c)** – Sobre a questão colocada pelo Vereador Ricardo Araújo disse que a Divisão de Desenvolvimento Económico assumirá a responsabilidade dos Laboratórios Criativos no âmbito da iniciativa de empreendedorismo empresarial, em parceria com os serviços de cultura e a Cooperativa A Oficina; **d)** - Sobre a isenção do IMI para os prédios situados em zona classificada como Património Mundial disse que este processo foi desde o início trabalhado com as Câmaras Municipais do Porto e Évora. A propósito, recordou o ofício do Secretário de Estado das Autarquias Locais respondendo às questões que lhe havia colocado em reunião realizada no passado dia 4 de fevereiro, que conclui que os edifícios situados no Centro Histórico classificado Património Mundial estão isentos de IMI, entendimento defendido pela Câmara Municipal, faltando agora apenas a validação do Ministério das Finanças. Por último, disse que a isenção universal de IMI para os prédios situados em zona classificada como Património Mundial põe em causa a sustentabilidade de determinados Municípios, apontando como exemplo o Município de Angra do Heroísmo, cuja receita de IMI no Centro Histórico representa mais de metade da receita municipal. Assim, disse que esta situação está em estudo sendo que a solução poderá passar por atribuir a cada Município a decisão de isentar ou não de IMI os prédios situados em zona classificada como Património Mundial; **e)** - Sobre a sessão de esclarecimento

ocorrida no Bairro da Emboladoura disse ter tido muito gosto em ter debatido esta problemática com a coordenadora do Grupo Parlamentar de Trabalho sobre Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades, Helena Roseta. Disse estar disponível para afetar recursos comunitários à implementação de fontes de energia renováveis nos Bairros da Atouguia e Gondar, tal como já está a ser executado no Bloco Habitacional de Urgezes. Disse, ainda, que mantém a posição inicial de que a Câmara Municipal só assumirá a propriedade dos Blocos Habitacionais de Atouguia e Gondar mediante um acordo quanto à realização de obras de beneficiação no parque habitacional do IHRU. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 21 de março de 2016 que concordou com a aquisição, a Abílio Pimenta Moreira Gomes, de uma parcela de terreno com a área de **462 m<sup>2</sup>**, designada por **parcela E**, sita no Lugar da Igreja Velha, em Silvares, necessária à obra de Restabelecimento da antiga EN 310 à Variante de Creixomil, destinando-se, como tal, à sua integração no domínio público municipal, pelo valor de **€18.204,00**. -----

**2.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 24 de março de 2016, que concordou com a aquisição, a Maria Margarida da Silva Cunha Pinheiro, de uma parcela de terreno com a área de **328 m<sup>2</sup>**, designada por **parcela D**, sita no Lugar de Ferreirinhos, em Silvares, necessária à obra de Restabelecimento da antiga EN 310 à Variante de Creixomil, destinando-se, como tal, à sua integração no domínio público municipal, pelo valor de **€12.924,00**. -----

**3.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 29 de abril de 2016, que concordou com a aquisição, aos herdeiros de Alberto



José Gonçalves da Cunha, de duas parcelas de terreno com a área total de 443 m<sup>2</sup>, destinando-se a parcela B, com a área de 287m<sup>2</sup>, à obra de Restabelecimento da antiga EN 310 à Variante de Creixomil, para integração no domínio público municipal, e a parcela sobrança, com a área de 156 m<sup>2</sup>, destinada a integrar o domínio privado do Município, sita no Lugar de Ferreirinhos, Freguesia de Silves, pelo valor de €4.430,00. -----

**4.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 29 de abril de 2016, que concordou com a aquisição, à Fábrica da Igreja Paroquial de S. João Baptista de Pencelo, de uma parcela de terreno com a área de 1.152,00 m<sup>2</sup>, destinada a integrar no domínio público para ampliação do cemitério de Pencelo, pelo preço de €20.000,00. -----

**5.** Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 138 e 139 que comunicam a apreciação, em sessão realizada no passado dia 23 de abril, das seguintes propostas: **a)** - "Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição - Ano de 2015"; **b)** - "Certificação Legal das Contas 2015 e Relatório do Auditor Externo sobre o Documento de Prestação de Contas 2015". -----

**6.** Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 109 a 136, datados de 26 de abril de 2016, que comunicam aprovação, em sessão realizada no passado dia 23 de abril, das seguintes propostas: **a)** - "Relatório e Contas 2015"; **b)** - "Revisão Orçamental"; **c)** - "Retificação da Tabela de taxas e Outras Receitas Municipais"; **d)** - "Cooperativa Taipas Turitermas CIPRL - Aumento de Capital"; **e)** - "Proposta de Alteração aos Estatutos da VIMÁGUA, EIM, SA"; **f)** - "Contrato-Programa com a Cooperativa A Oficina para a Gestão da Casa da Memória em 2016"; **g)** - "Requalificação e Beneficiação de Arruamentos da Rede Viária Municipal - Repartição de Encargos - Retificação de Valores"; **h)** - "Academia de Ginástica Desportiva -

Repartição de Encargos”; **i)** – “Ecovia de Guimarães – Repartição de Encargos”; **j)** – “Requalificação do Edifício Jordão e Garagem Avenida para Escolas de Música e Artes Performativas e Visuais – Repartição de Encargos”; **k)** – “Recrutamento Excecional de Assistentes Operacionais – Reserva de Recrutamento”; **l)** – “Alteração do Mapa de Pessoal”; **m)** – “Freguesia de Mesão Frio – centro de Convívio da Junta de Freguesia de Mesão Frio – Atribuição de Subsídio”; **n)** – “Freguesia de Urgezes – Aquisição de Projetos de Especialidade para Ampliação da Antiga Escola EB1 para Centro Cultural de Urgezes (Vaca Negra) – Apoio à Junta de Freguesia”; **o)** – “Freguesia de Selho S. Jorge – Parque de Estacionamento na Rua João Pereira Fernandes – Concessão de Apoio”; **p)** – “Freguesia de Pinheiro – Demolição e Reconstrução de Muro na Rua das Arcas – Concessão de Apoio”; **q)** – “Freguesia de Serzedelo – Muro do Cemitério de Serzedelo – Concessão de Apoio”; **r)** – “Freguesia de Pinheiro – Trabalhos a Executar no Cemitério de Pinheiro – Concessão de Apoio”; **s)** – “União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil – Atribuição de Subsídio para a Conclusão da Casa Mortuária”; **t)** – “União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente – Ampliação do cemitério de Sande S. Clemente – Ampliação do cemitério de Sande S. Clemente – Atribuição de Subsídio”; **u)** – “União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino – Reconstrução de Pavimento e Muro de Suporte da Plataforma Viária da Rua das Leiras, S. Faustino – Atribuição de Subsídio”; **v)** – “Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Candoso S. Martinho – Projeto Candoso Ativo – Orçamento Participativo 2015”; **x)** – “Freguesia de Moreira de Cónegos – Cedência de Transporte à Junta de Freguesia”; **y)** – “Freguesia de Infantas – Cedência de Transporte à Junta de





Freguesia”; **z)** – “Freguesia de Fermentões – Trabalhos a Executar em Vários Arruamentos”; **aa)** – “Freguesia de Moreira de Cónegos – Alargamento, Pavimentação e Construção da Rede de Águas Pluviais na Rua do Outeiro”; **bb)** – “Concessão de Apoios Municipais às Freguesias”; **cc)** – “Delegação de Competências nas Freguesias (Contratos Interadministrativos)”. -----

**7.** Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC SA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do período findo em 31 de dezembro de 2015 da CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda, que se anexa. -----

**8.** Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do período findo em 31 de dezembro de 2015, da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M, S.A. -----

**9.** Do ofício da VIMÁGUA EIM SA remetendo, para conhecimento, cópia do fax n.º 4390/2016 de 26 de abril de 2016 enviado pelo ACES do Alto Ave referente ao assunto “**Bactérias resistentes a antibióticos encontrados no rio Ave**”, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

#### -----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.  
**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara e o Vereador Ricardo Araújo não participaram na votação da ata por não terem estado presentes na reunião.-----

**CÂMARA - PROPOSTA DE GEMINAÇÃO COM A CIDADE DE MONTLUÇON – FRANÇA –** Presente a seguinte proposta:

“Montluçon é uma cidade francesa com uma população de cerca de 40.000 habitantes e uma área de 20,67 km<sup>2</sup>, uma cidade feita de Cultura e de História, uma cidade harmoniosa, onde se conjuga modernidade e tradição, industrialização avançada e ambiente protegido. Cidade medieval e palco de eventos históricos marcantes em torno das suas fortalezas, muralhas e castelos, cidade fortemente industrializada nas áreas da metalurgia, do vidro e produtos químicos, Montluçon encetou os primeiros contatos tendentes à concretização da geminação com Guimarães no início de 2014, numa visita efetuada à nossa cidade liderada pelo Presidente do Município de Montluçon, Daniel Dugléry. Montluçon acolhe uma significativa comunidade portuguesa, com uma forte representação de cidadãos naturais de Guimarães, que tem sido determinante no sucesso do conjunto de iniciativas e eventos comuns que se vêm realizando desde 2014, e o invulgar entusiasmo que a comunidade e o executivo de Montluçon colocam na possibilidade de concretizar esta geminação conduziu já à assinatura de um “Protocolo de compromisso de geminação Guimarães/Montluçon”, assinado a 19 de dezembro de 2015. Assim, considerando: 1. O paralelismo histórico entre as duas cidades, manifestado pela importância que ambas assumiram em diferentes períodos da história dos respetivos países; 2. O empenho e rigor que ambas colocam na valorização e preservação dos respetivos legados patrimoniais; 3. As similitudes verificadas atualmente, com um desenvolvimento económico principalmente baseado na indústria, na investigação e no conhecimento; 4. As potencialidades passíveis de realização de ações de cooperação no domínio turístico, universitário e económico; 5. O interesse sincero



e a empenhada vontade demonstrada pelos responsáveis de Montluçon em formalizar com Guimarães uma relação de geminação. Em face do supra exposto, proponho que a Câmara Municipal aprove, nos termos da al. ccc (do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, uma proposta para autorizar a geminação do Município de Guimarães com a cidade de Montluçon-França, ao abrigo da competência prevista na al. t) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS – XXIII GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DE SERZEDO E 7.ª PROVA DE CICLOTURISMO DE CALVOS – ATRIBUIÇÃO DE APOIO** – Presente a seguinte proposta: “No dia 1 de maio, a União de Freguesias de Serzedo e Calvos levou a cabo a XXIII edição do Grande Prémio de Atletismo de Cerzedo, prova esta que já teve a participação de grandes nomes do atletismo nacional, mas que nos últimos anos tem apostado prioritariamente na formação, com uma média significativa de 200 atletas. Debalde a enorme dificuldade sentida nos últimos tempos na organização deste evento desportivo, a prova nunca deixou de se realizar ao longo dos últimos vinte e três anos, constituindo um estímulo importante à promoção da atividade física e do desporto numa zona do concelho carenciada de atividades desportivas regulares. Já no dia 28 de maio será organizado a sétima edição da prova de cicloturismo de Calvos que ao longo destes anos vem reunindo largas dezenas de participantes, numa jornada de convívio, onde a competição nunca está presente. Neste sentido, proponho que se atribua um apoio de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) para

estes eventos desportivos, um deles já realizado, que constituem objetivamente uma mais-valia para a promoção do desporto para todos no nosso concelho.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE –**

Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte dos idosos da freguesia no dia 20 de Abril a Fátima. Assim, considerando que se trata da realização do passeio anual dirigido aos idosos da freguesia, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 10 de abril de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios submete-se ao Executivo Camarário o transporte solicitado, para ratificação.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**URBANISMO - FILOCORA - TINTURARIA E ACABAMENTOS TÊXTEIS, S.A. - PEDIDO DE ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL AO ABRIGO DA LEGISLAÇÃO ATUALMENTE APLICÁVEL –**

Presente uma informação do Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento referente ao pedido de alteração simplificada da reserva ecológica nacional nos termos do artigo 16-A do decreto-lei 239/12 respeitante à empresa FILOCORA – Tinturaria e Acabamentos Têxteis, SA e à pretensão de ampliação das suas instalações fabris situadas na Vila de Lordelo, concelho de Guimarães, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em



pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**REGULAMENTOS - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte informação: “O Regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro Histórico de Guimarães foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal, em sua reunião de 16 de fevereiro de 2012, e sancionado pela Assembleia Municipal, em sessão de 24 de fevereiro de 2012. Na sequência da sua entrada em vigor, a 14 de maio de 2012, foram implementadas diversas alterações previstas naquele documento, conforme edital de 2 de maio de 2012. Neste consta a interdição de trânsito “nas vias e demais espaços públicos cujo acesso se processa” pela Porta de Santa Luzia e Porta Nova, respetivamente, Rua de Val de Donas, a partir do Largo Navarros de Andrade, e Largo A. L. de Carvalho, a partir do Largo do Tournal, no período das 21h30 às 07h00. Para o efeito as referidas portas foram sinalizadas, em conformidade, através da aplicação de sinalização vertical. Em meados de 2014, o município encetou um procedimento visando a instalação de meios complementares, mecânicos e eletrónicos, por forma a impor um controlo físico da zona de acesso automóvel condicionado, a partir das referidas “portas”, sem prejuízo da demais sinalização. Em conformidade com o edital datado de 2 de julho de 2015, esta ação teve efeitos práticos a partir do dia 9 daquele mês, prevendo igualmente a alteração do período de horário do condicionamento previsto no regulamento municipal,

pelo seu alargamento, até 30 de setembro. Desde então, os períodos horários têm sido alvo de editais com caráter quase mensal. O intervalo que mediou entre o início do funcionamento do sistema, 9 de julho, e o final do mês de agosto, permitiu quantificar alguns valores, decorrentes da sua aplicabilidade, designadamente: Redução aproximada de 20% nos acessos a partir da Porta de Santa Luzia, nos dias úteis; Redução na ordem dos 40% nos acessos a partir da Porta Nova, nos dias úteis; Considerando que nos dias úteis o condicionamento apenas vigora a partir das 20h00, é possível concluir que há uma significativa redução de tráfego no centro histórico no período noturno, com entrada pela Porta de Santa Luzia e Porta Nova, num valor aproximado de 1000 veículos. Salienta-se que foi quantificada uma média de cerca de 3100 veículos por dia a entrar no Centro Histórico a partir dos acessos referidos na semana anterior ao início do condicionamento; Diminuição aproximada de 10% nos acessos a partir da Porta de Santa Luzia, ao sábado; Diminuição na ordem dos 40% nos acessos a partir da Porta Nova, ao sábado; Ao sábado, o condicionamento apenas vigora a partir das 13h00, pelo que é possível concluir que há uma redução de tráfego relevante no centro histórico no período condicionado, num valor superior a 300 veículos. Salienta-se que foi quantificada uma entrada de 1171 veículos no sábado anterior ao início do condicionamento; Descida aproximada de 60% nos acessos a partir da Porta de Santa Luzia, ao domingo; Descida na ordem dos 70% nos acessos a partir da Porta Nova, ao domingo; O domingo constitui o único dia em que o condicionamento vigora todo o dia, sem prejuízo do período previsto para as operações de carga e descarga, tendo-se quantificado uma redução de tráfego superior aos 450 veículos nos domingos subsequentes. Salienta-se que foi quantificada uma



entrada de 752 veículos no domingo anterior ao início do condicionamento. Considerando o atrás exposto, é possível afirmar que os pressupostos que conduziram à aprovação do **REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES** em 2012, designadamente de *"proteger e melhorar as condições de fruição e preservação do Centro Histórico intramuros, reduzindo o impacto negativo, estético e ambiental, da circulação automóvel e potenciando a mobilidade pedonal, designadamente dos visitantes, cujo número tem claramente vindo a aumentar, assegurando simultaneamente e com a devida ponderação as operações de carga e descarga, designadamente dos estabelecimentos de comércio, restauração e bebidas e serviços"*, foram alcançados. Contudo, há necessidade de introduzir alterações no referido regulamento municipal, visando a sua adequação à atual realidade, nomeadamente ao sistema adotado no controlo de acesso ao Centro Histórico, pela leitura das matrículas dos veículos, no período horário do condicionamento, atento o período do ano e condições meteorológicas inerentes e expectáveis, e na alteração de trânsito, decorrente da eliminação da interdição de circulação na Rua da Rainha D. Maria II e interdição do mesmo na Travessa da Rua de Santo António. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 17 de setembro de 2015, dar início ao procedimento tendente à aprovação da alteração do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito, nenhum interessado se apresentou no processo nem foram submetidos contributos para a elaboração do Regulamento, pelo que se propõe que seja dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA.

Entende-se que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque se trata apenas, como se disse, de adequar o Regulamento já existente à atual realidade, designadamente no que concerne ao sistema adotado para o controlo de acesso ao Centro Histórico, e, também, do horário, atento o período do ano, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea a) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a alteração ao **REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES** em anexo, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” A alteração ao Regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro Histórico de Guimarães dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**REGULAMENTOS - PRÉMIO DE DIREITO PÚBLICO E DEMOCRACIA LOCAL ANTÓNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “O Prémio de Direito Público e Democracia Local António Cândido de Oliveira tem por objetivo distinguir trabalhos científicos





na área do Direito do Poder Local, de modo a incentivar os estudos e a realização de trabalhos de investigação que, pelo seu elevado mérito, forneçam contributos significativos para o estudo e desenvolvimento do conhecimento nesse ramo do direito. O prémio tem como patrono António Cândido de Oliveira, em homenagem a esta figura maior do Direito Público português, em particular do Direito do Poder Local, domínio em que realizou uma parte muito importante dos seus estudos e atividade (v. biografia anexa). Assim, para além dos benefícios em que se traduziu a carreira académica do Prof. Cândido de Oliveira para a generalidade do poder local, Guimarães pôde ainda acolher muitas das conferências e seminários no âmbito do poder local realizadas em Guimarães por sua iniciativa. Neste contexto, justifica-se instituir o Prémio António Cândido de Oliveira, procurando galardoar anualmente um trabalho de investigação desenvolvido neste específico domínio do Direito do Poder Local. Para este efeito, as entidades instituidoras pretendem celebrar um Protocolo de Cooperação para a instituição do Prémio de António Cândido de Oliveira que discipline a relação entre ambas. Por outro lado, pretendem, também, aprovar um Regulamento que discipline a atribuição deste prémio aos potenciais interessados. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 14 de abril passado, dar início ao procedimento tendente à aprovação do Regulamento do Prémio de Direito Público e Democracia Local, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento. O Regulamento foi elaborado pelos serviços municipais em articulação com a Direção do Mestrado em Direito Administrativo da Escola de Direito da Universidade do

Minho e encontra-se, agora, em condições de ser aprovado pelos dois órgãos do Município, podendo ser dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA, uma vez que se entende que, não tendo comparecido nenhum interessado que deva ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria disciplinada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, considerando que o Município dispõe de atribuições nos domínios da cultura e da ciência, sendo da competência da Câmara Municipal apoiar atividades e projetos de interesse municipal, de natureza cultural e científica, conforme decorre da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugada com as alíneas r) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, proponho que a Câmara Municipal delibere, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, aprovar o Regulamento do Prémio António Cândido de Oliveira, e propor a sua aprovação à Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, nos termos do documento que se anexa.” O Regulamento do Prémio de Direito Público e Democracia Local dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À**

**APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----****ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA A OFICINA –  
COBERTURA DE PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO DE 2015 –**

Presente a seguinte proposta: "Considerando: - Que o Relatório de Atividades e Contas da Cooperativa Oficina aprovado no passado dia 9 de março apresenta um Resultado Líquido de Exercício Negativo de €2.767.720,92; - Que, conforme estipula os nºs 1 e 4 do Artº 96º do Código Cooperativo (Lei nº 119/2015 de 31 de agosto), o montante de €94.675,11 escriturado na conta Reservas Legais deverá ser transferido para a cobertura das perdas do exercício; - Que, conforme estipula o nº 5 do Artº 96º do mesmo Código Cooperativo, o valor restante do Resultado Líquido de Exercício Negativo, no montante de €2.673.063,81, poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser exigido aos Cooperadores, proporcionalmente às operações realizadas por cada um deles, sendo a reserva legal reconstituída até ao limite anterior em que se encontrava; - Que tal deliberação foi presente à referida Assembleia Geral e aprovada por unanimidade; - Que o Município de Guimarães é Cooperador único nas operações realizadas com esta Cooperativa; - Que, se nada se fizer, a Cooperativa em apreço fica abrangida pela situação prevista no Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que o saldo do Capital Próprio apresenta o valor negativo de €2.262.227,24, inferior a metade do capital social; - Que a cobertura de Resultados Negativos e a reconstituição da Reserva Legal até ao nível anterior em que se encontrava, conforme previsto na alínea c) do nº1 do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais e no nº 4 do Artº 69º do Código Cooperativo, permitem afastar aquele risco; PROPONHO a transferência para a Cooperativa A Oficina do montante global de €2.767.720,92, destinado a cobrir o resultado líquido negativo de

€2.673.063,81 e a reconstituir as respetivas Reservas Legais (€94.657,11). Junta-se, em anexo, parecer jurídico solicitado e remetido pela Cooperativa A Oficina, atualizado em função da entrada em vigor da Lei nº 119/2015 de 31 de agosto, que aprova o Código Cooperativo e revoga a Lei n.º 51/96, de 7 de setembro.” O referido parecer jurídico dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - COOPERATIVA TEMPO LIVRE – COBERTURA DE PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO DE 2015 –**

Presente a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Relatório de Atividades e Contas da Cooperativa Tempo Livre aprovado no passado dia 30 de março apresenta um Resultado Líquido de Exercício Negativo de €589.691,76; - Que, conforme estipula os nºs 1 e 4 do Artº 96º do Código Cooperativo (Lei nº 119/2015 de 31 de agosto), o montante de €16.002,55 escriturado na conta Reservas Legais deverá ser transferido para a cobertura das perdas do exercício; - Que, conforme estipula o nº 5 do Artº 96º do mesmo Código Cooperativo, o valor restante do Resultado Líquido de Exercício Negativo, no montante de €573.689,21, poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser exigido aos Cooperadores, proporcionalmente às operações realizadas por cada um deles, sendo a reserva legal reconstituída até ao limite anterior em que se encontrava; - Que tal deliberação foi presente à referida Assembleia Geral e aprovada por unanimidade; - Que o Município de Guimarães é Cooperador único nas operações realizadas com esta Cooperativa; - Que, se nada se fizer, a Cooperativa em apreço fica abrangida pela situação prevista no Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que o saldo do Capital Próprio apresenta o valor negativo de €525.981,07, inferior a metade do



capital social; - Que a cobertura de Resultados Negativos e a reconstituição da Reserva Legal até ao nível anterior em que se encontrava, conforme previsto na alínea c) do nº1 do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais e no nº 5 do Artº 96º do Código Cooperativo, permitem afastar aquele risco; PROPONHO a transferência para a Cooperativa Tempo Livre do montante global de €589.691,76, destinado a cobrir o resultado líquido negativo de €573.689,21 e a reconstituir as respetivas Reservas Legais (€16.002,55). Junta-se, em anexo, parecer jurídico solicitado e remetido pela Cooperativa Tempo Livre, atualizado em função da entrada em vigor da Lei nº 119/2015 de 31 de agosto, que aprova o Código Cooperativo e revoga a Lei n.º 51/96, de 7 de setembro.” O referido parecer jurídico dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**ENTIDADES PARTICIPADAS - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TEMPO LIVRE – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

– Presente a seguinte proposta: “1. Em 10 de dezembro de 2015, a Câmara Municipal deliberou aprovar um contrato programa com a Cooperativa Tempo Livre, sancionado pela Assembleia Municipal em sessão de 18 de dezembro de 2015. 2. Tal contrato veio a ser outorgado em 29 de janeiro de 2016. 3. Nos termos do nº 1 do seu Artº 5, o contrato tem a vigência de doze meses contados a partir da data de concessão do visto do Tribunal de Contas. 4. Em sessão da 1ª Secção realizada em 21 de abril de 2016, o Tribunal de Contas visou o contrato programa em epígrafe, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da respetiva notificação em 27 de abril. 5. Nos termos dos nºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e do n.º 4 do artigo 16.º, ambos da LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro,

com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março), é necessário proceder-se à repartição de encargos associados ao contrato em apreço. Nesta conformidade, proponho: 1. Que se estabeleça o dia 1 de maio de 2016 como data de início da execução do contrato; 2. Que a Câmara aprove e submeta à deliberação da Assembleia Municipal a seguinte repartição de encargos: 2016: €632.953,92 (8 meses); 2017: €316.476,96 (4 meses).” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**TRÂNSITO - EXTINÇÃO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DA RUA DR. AVELINO DA SILVA GUIMARÃES** – Presente a seguinte informação: “Por deliberação tomada em reunião ordinária de 9 de julho de 2012, foi aprovada a criação de uma nova zona de estacionamento de duração limitada na Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães. Com a sua implementação, desde 11 de fevereiro de 2013, constata-se que o reduzido número de lugares de estacionamento que a mesma comporta, associada à afetação de alguns dos mesmos, condiciona o propósito de garantir a rotatividade do estacionamento por pequenos períodos de tempo. Como tal, será de promover a anulação desta zona de estacionamento de duração limitada, permitindo alocar o equipamento instalado noutros locais com maior carência de estacionamento por pequenos períodos de tempo, incrementando a sua rotatividade, designadamente na Alameda Dr. Mariano Felgueiras, zona já aprovada anteriormente em reunião do executivo. Face ao exposto, submete-se à consideração superior a extinção da zona de estacionamento de duração limitada da Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos,



Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

**AMBIENTE - DECLARAÇÃO BASCA – NOVO ROTEIRO PARA MUNICÍPIOS: CRIAR CIDADES PRODUTIVAS, SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES PARA UMA EUROPA MAIS INCLUSIVA E COM MELHOR QUALIDADE DE VIDA** – Presente a seguinte proposta:

"A "Declaração Basca" sucede à Carta de Aalborg (1994) e Compromissos de Aalborg (2004) - que Guimarães também assinou, e pretende lançar as bases do caminho para a sustentabilidade das cidades, ainda que reconhecendo que tal vai exigir uma «transformação tecnológica, socioeconómica e sociocultural». O seu objetivo é a criação de «municípios produtivos, sustentáveis e resilientes», onde a qualidade de vida dos cidadãos é assegurada e onde «os limites dos ecossistemas locais e globais bem como os recursos naturais são respeitados». A "Declaração Basca" é um novo guia ambiental para os municípios da União Europeia e foi apresentada na 8ª Conferência Europeia das Vilas e Cidades Sustentáveis, que decorre em Bilbao, Espanha, nos passados dias 26 a 29 de abril. O documento será enviado para toda a União Europeia e pretende tornar-se no novo roteiro para os municípios europeus para avançarem no sentido da diminuição das emissões de carbono e para enfrentarem as consequências das alterações climáticas. O guia conta com uma dezena de etapas para alcançar o objetivo final, incluindo caminhar para o fim dos sistemas de energia dependentes de carbono, reduzindo o consumo total deste recurso, criar padrões sustentáveis de mobilidade urbana e de acessibilidade e proteger e melhorar a biodiversidade e os ecossistemas. Os municípios também se propõem a contribuir para a proteção dos recursos hídricos,

qualidade da água e do ar, adaptação às alterações climáticas e redução do risco de catástrofes naturais, além de contribuir para a criação de espaços públicos mais seguros e dinâmicos, de habitações suficientes e adequadas para todos os cidadãos, bem como a promover a inclusão e integração de todos e fortalecimento das economias locais e das oportunidades de emprego.

**Considerando que Guimarães está a trabalhar no sentido de dispor de uma agenda ambiental de referência enquadrada no plano estratégico da candidatura a Capital Verde Europeia 2020, implementando um conjunto de investimentos, programas e ações, considera-se pertinente que o executivo municipal ratifique a subscrição de tão importante documento, propondo que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal.”** A "Declaração Basca" dá-se

aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER**

**À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - CEMITÉRIO MUNICIPAL -  
CONCESSÃO DE ESPAÇO COMERCIAL PARA VENDA DE  
FLORES NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE “ATOUGUIA” –**

Presente a seguinte informação: “Desde que a Câmara Municipal decidiu não permitir a venda ambulante de flores junto ao Cemitério Municipal da Atouguia, os serviços do DSUA têm sido contactados por diversos interessados para que lhes seja dada a oportunidade de vender flores no interior do Cemitério, num espaço que o Município dispõe para o efeito. Considerando o número de pessoas interessadas em concessionar aquele espaço, e o interesse que um local para a compra de flores pode ter para os visitantes do Cemitério Municipal, propõe-se a abertura de um procedimento de adjudicação do direito de ocupação deste espaço





para a venda a retalho de flores, plantas e velas, através da realização de uma hasta pública, cujo programa se anexa. Para esse efeito propõe-se: - que o valor base de licitação seja de €150,00, valor médio dos valores pagos pelas taxas de ocupação das lojas do mercado municipal. - a constituição da Comissão que irá acompanhar a realização da hasta pública, da qual farão parte os seguintes elementos: - Presidente da Comissão: Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão - Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; -1.º Vogal – Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos. -2.º Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Jurídica; -Vogal suplente – Crisália Marcela Pereira Alves – Técnica Superior. Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal.” O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR** – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º

1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa CELESTE ACTUAL, LDA apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 33%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da



candidatura a PEIM apresentada pela empresa **CELESTE ACTUAL, LDA** nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2**.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TURISMO - CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE DUAS LICENÇAS DE EXPLORAÇÃO DE CIRCUITOS TURÍSTICOS, UMA EM AUTOCARRO E A OUTRA EM VEÍCULO DE TRACÇÃO ANIMAL, NA CIDADE DE GUIMARÃES** – Presente a

seguinte informação: “No âmbito do concurso público para atribuição de duas licenças de exploração de circuitos turísticos uma em autocarro e a outra em veículo de tração animal, aberto por decisão da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 18 de fevereiro passado, apenas uma empresa apresentou proposta para o circuito em autocarro, a empresa Carristur, e nenhuma para o circuito de tração animal. O júri designado para o efeito por despacho de 23 de fevereiro, analisou a única proposta apresentada, pela empresa Carristur, e propôs a sua não aceitação, uma vez que não cumpre com o disposto no nº 2. do artigo 5.º do procedimento do respetivo concurso público. Deste modo, uma vez que a única proposta para licença de exploração de circuito em autocarro não cumpre o previsto no concurso, devendo ser excluída, o procedimento fica deserto. Mais, não tendo havido qualquer proposta apresentada para licença de exploração para circuito em veículo de tração animal, o procedimento fica igualmente deserto. Propõe-se, assim, que seja submetida uma proposta à Câmara Municipal para que delibere a não adjudicação

do concurso aberto para a atribuição de duas licenças de exploração de circuito turístico uma em autocarro e a outra em veículo de tração animal, considerando que para a correspondente em autocarro a única proposta apresentada não cumpre os requisitos exigidos para esse efeito e que a outra não teve qualquer proposta apresentada. Na sequência da única proposta apresentada no procedimento para atribuição da licença de exploração de circuito turístico em autocarro, procedeu-se à alteração do procedimento do concurso, que se junta em anexo, propondo-se que seja submetida, à Câmara Municipal, nova proposta de abertura de concurso público para atribuição desta licença, na expectativa de que possam aparecer novos operadores económicos interessados. Quanto à licença de exploração de circuito turístico em veículo de tração animal, considerando que nenhuma proposta foi apresentada, propõe-se que não seja aberto novo procedimento, uma vez que os operadores económicos no mercado não responderam a este desafio.” O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

**EDUCAÇÃO - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE A ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO** – Presente a seguinte proposta: “O Lions Clube de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos da turma AV2 do 11º Ano da Escola Secundária Martins Sarmiento, no dia 1 de Junho, a Amarante. Considerando que se trata da realização de uma visita de relevante interesse pedagógico, para visitar o Museu de Sousa Cardoso, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 22 de abril de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da



Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – ABRIL DE 2016** - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de

Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - APOIOS À HABITAÇÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL** – Presente a seguinte informação: “A presente

proposta destina-se a apoiar na comparticipação de obras para adaptação de habitação para pessoa portadora de deficiência. Após análise do processo de candidatura a este apoio, e consequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras de adaptação requeridas: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Comparticipação	Valor a Apoiar (€)
----------	-----------	-------	------	-----------------------	----------------------	------------------------	-----------------	-----------------------

159000556/ 16	Airão Stª Maria	65	M	€87,46	4	Desempregado	100%	10.000,00
------------------	--------------------	----	---	--------	---	--------------	------	-----------

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio, ao requerente, no valor de €10.000,00 (dez mil euros) ao abrigo da alínea d) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**AÇÃO SOCIAL - OCUPAÇÃO DE SEIS HABITAÇÕES EM REALOJAMENTO CONVENCIONAL E DUAS VAGAS EM RESIDÊNCIA PARTILHADA MASCULINA**

- Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA, remetendo, para aprovação do Órgão Executivo, uma proposta de ocupação de seis habitações em realojamento convencional e duas vagas em residência partilhada masculina, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 29 de abril de 2016, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.-----**

**AÇÃO SOCIAL – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

– Presente a seguinte proposta: “A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães vem solicitar a cedência do pavilhão Multiusos para a realização do encontro “Todos por uma causa IV”, a decorrer no dia 16 de junho de 2016, organizado pelo seu Centro de Atividades Ocupacionais/Lar Residencial Alecrim, no qual participarão cerca de 850 pessoas. Atendendo ao interesse público de que se reveste a



realização desta iniciativa, dirigida a pessoas com deficiência, bem como aos seus familiares e amigos, proponho a atribuição à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, de um subsídio no montante de €2.460,00 correspondente à taxa de utilização da Nave do Multiusos de Guimarães, nos termos do artigo 69.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor”. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - LIONS CLUBE DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ABRIGO DO N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO –** Presente a

seguinte proposta: “No seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal no passado dia 21 de Abril pelo Lions Clube de Guimarães, para apoio ao transporte de um contentor de Guimarães ao porto de Aqaba na Jordânia destinado ao apoio a refugiados, apresenta-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), no valor de 1.000,00 euros (mil euros). O Lions Clube de Guimarães está inserido no Movimento Lions Internacional, cujo tema “Nós Servimos” é apanágio da ação de serviços às comunidades. Nesse seguimento, o Lions Internacional, que alberga os Lions da Jordânia, Líbano e Iraque, solicitou-lhes um pedido de auxílio para refugiados do campo de Al-Zaatari, na Jordânia, considerada a necessidade emergente de agasalhos e calçado, para enfrentar os rigorosos invernos. Com a colaboração dos empresários vimaranenses e de outros Concelhos vizinhos e de diversas instituições, foi possível completar um contentor de 20 pés com o diverso material solicitado. O contentor está já a caminho de Al-Zaatari, e o único custo desta campanha corresponde ao transporte do contentor de Guimarães para Aqaba na Jordânia.

Assim, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE DEBATES ACADÉMICOS DA UNIVERSIDADE DO MINHO - TORNEIO DE DEBATE OPEN MINHO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** –

Presente a seguinte proposta: “Realizado nos passados dias 23 a 25 de abril, em Guimarães, o Torneio de Debate Open Minho concluiu-se com elevado sucesso, tendo participado no evento cerca de oitenta jovens e vinte e quatro equipas de sete universidades portuguesas. Em face do pedido formulado pela Associação de Debates Académicos da Universidade do Minho e considerando o interesse de que se revestiu a realização deste evento em Guimarães, proponho a atribuição, à Associação de Debates Académicos da Universidade do Minho, de um subsídio de €400,00, destinado a comparticipar nos custos de organização do evento em epígrafe.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE FOLCLORE E ETNOGRAFIA DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** –

Presente a seguinte proposta: “Os grupos folclóricos de Guimarães são por diversas vezes convidados a participar de festivais internacionais realizados no estrangeiro, designadamente junto de comunidades portuguesas emigradas. São participações que se revestem de interesse público, uma vez que asseguram uma digna representação de Guimarães em tais eventos, ao mesmo tempo que contribuem para reforçar os laços de tais comunidades com as suas origens. Finalmente, refira-se que tais participações concorrem para a valorização do trabalho desenvolvido pelos





diversos grupos folclóricos na preservação de elementos etnográficos relevantes como são as danças e cantares de raiz tradicional da nossa região. Em face dos inúmeros pedidos de apoio que anualmente nos são remetidos, entendemos que a Associação de Folclore e Etnografia de Guimarães, que congrega todos os grupos folclóricos do Concelho, é a entidade mais bem posicionada para avaliar o interesse de cada deslocação e o montante necessário à sua viabilização. Assim, com o objetivo de disponibilizar meios financeiros que viabilizem a deslocação de grupos folclóricos de Guimarães para participação em festivais realizados no estrangeiro proponho a atribuição, à Associação de Folclore e Etnografia de Guimarães, de um subsídio de €6.000,00."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DA MARCHA GUALTERIANA – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE** – Presente a seguinte proposta: "A Associação Artística da Marcha Gualteriana solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos obreiros, no dia 30 de Abril a Matamá. Considerando que se trata da realização de um almoço, inserido na confraternização anual dos seus obreiros, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 2 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se o respetivo pedido ao Executivo Camarário do transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista, para ratificação." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

**CULTURA - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES DAS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS,**

## **ARTÍSTICOS, RECREATIVOS OU HUMANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (REGULAMENTO Nº 606/2010)**

– Presente a seguinte proposta: "1. Nos termos do Regulamento nº 606/2010 propõe-se a atribuição dos seguintes apoios destinados a atividades ou investimentos a realizar no 2º semestre de 2016: ---

### **a) Apoios financeiros -----**

Entidade candidata e designação do projeto	Montante
<b>Through Universe - Associação</b> Mucho Flow - 4ª edição	10.000,00 €
<b>Casa do Povo de Briteiros</b> Citânia Viva	4.000,00 €
<b>Associação do Grupo Folclórico das Tecedeiras de Abação-Gémeos</b> Apresentação Pública e Batismo do Grupo	1.250,00 €
<b>Associação Musical Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda</b> Gravação de CD " Cantar Guimarães II"	2.000,00 €
<b>Sociedade Musical de Guimarães</b> Guimaramus 2016 - Simpósio Musical de Guimarães	5.000,00 €
<b>Casa da Juventude de Guimarães</b> Integr'arte	3.500,00 €
<b>Circulo de Arte e Recreio</b> Crazy Folk's	5.000,00 €
<b>Grupo Folclórico da Corredoura</b> Orquestra Internacional do Fest'InFolk Corredoura	2.000,00 €
<b>ADCL</b> XXII Edição da Feira da Terra	9.000,00 €
<b>Convívio Associação Cultural</b> Guimarães Suave Fest'16 Verão Guimarães Jazz 2016	7.500,00 € 10.000,00 €
<b>Sociedade Musical de Pevidém</b> Sebenta "Composição da Nossa Terra"	2.500,00 €
<b>Santa Casa da Misericórdia</b> VIII Festival Internacional de Orgão Ibérico	4.000,00 €
<b>Ó da Casa - Associação Cultural</b> Guimarães Noc Noc	10.000,00 €
<b>Associação Amigos do Paço dos Duques e Bragança e Castelo de Guimarães</b> Heráldica para crianças	3.500,00 €
<b>Amiguinhos Museu Alberto Sampaio</b> Criação de material Lúdico-pedagógico	2.000,00 €
<b>Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas</b> Obras de Reabilitação no Auditório	12.000,00 €
<b>€93.250,00</b>	



**b) Apoios não financeiros** - No caso do projeto "XXII Edição da Feira da Terra", promovida pela ADCL, propõe-se ainda a atribuição dos seguintes apoios logísticos: - Apoio na conceção gráfica de materiais de divulgação; - Disponibilização de 2 estruturas de outdoor; - Construção de um cercado para a exposição de animais, incluindo recursos humanos para montagem e desmontagem e materiais, desde que disponíveis em stock; - Montagem e desmontagem de instalações elétricas, incluindo recursos humanos, materiais necessários, baixadas elétricas e apoio técnico de eletricitas no decorrer do evento; - Transporte de pavilhões (cozinhas) para o recinto da Feira e recursos humanos para apoio na montagem e desmontagem dos mesmos; - Cedência e transporte de vasos, cadeiras e grades; - Colocação de baldes / contentores de lixo, incluindo de separação de resíduos; - Recolha de lixo e limpeza do recinto durante o evento; - Limpeza do recinto, incluindo lavagem da zona do cercado no final do evento. Os apoios financeiros deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas, devendo estas observar o disposto no Art.º 16º do Regulamento nº 606/2010 em matéria de avaliação dos apoios concedidos. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5.000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão válida de situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, caso as certidões constantes dos respetivos processos de candidatura não sejam válidas no momento do pagamento. Nos termos do nº 2 do art.º 6º do mesmo Regulamento, os apoios concedidos deverão ser publicamente divulgados, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.

**2. CONTEXTILE 2016 - A CONTEXTILE – BIENAL DE ARTE TÊXTIL CONTEMPORÂNEA**

é um evento de âmbito internacional, de arte contemporânea, que tem o têxtil como elemento de referência na Reflexão, Investigação e Criação, nas diversas formas de expressão e de representação artística. A CONTEXTILE tem como propostas e missão dar visibilidade à Textile Art; mobilizar e incentivar os artistas para uma abordagem inovadora e experimental das artes visuais; assumir-se como Plataforma Criativa e debate de ideias/projetos, desenvolvimento de redes internacionais, troca de boas práticas interdisciplinares e académicas. Numa ligação estreita com os territórios de tradição têxtil, esta Bienal pretende ser um espaço eclético de promoção do diálogo entre artistas, criadores, empresários, a comunidade (cidadãos e empresas locais) e a cidade que a acolhe, contribuindo assim para o processo de diversificação da economia e das indústrias culturais e criativas das regiões. Exibindo obras de artistas diversos, com suportes e formatos diferentes, a CONTEXTILE tem ainda como objetivo paralelo, a afirmação internacional de uma nova geração de artistas emergentes que, refletindo a pluridiversidade das propostas artísticas na atualidade, apresentam um conjunto de obras passíveis de legitimação pela possibilidade de coabitação no mesmo espaço físico, numa coerência estética e artística conjuntural, abrindo caminho à valorização económica do Têxtil e da Arte Têxtil. A equipa da Ideias Emergentes | Contextile, após o reconhecido sucesso das duas anteriores edições, realizadas em Guimarães em 2012 e 2014, e considerando as expectativas criadas junto dos vimaranenses, decidiu enfrentar as dificuldades que a conjuntura atual de crise impõe, avançando para organização e produção da Contextile 2016 – Bienal de Arte Têxtil Contemporânea, que se realiza de 30 julho a 16 outubro, novamente em Guimarães, com eventos previstos no Centro



Cultural Vila Flor, na Casa da Memória, no CAAA – Centro para os Assuntos da Arte e Arquitetura, na Sociedade Martins Sarmento, na Extensão do Museu de Alberto Sampaio, no Instituto de Design, no CIAJG - Centro Internacional das Artes José de Guimarães e no Toural. Entretanto, a organização assegurou já um apoio financeiro por parte da Direção Geral das Artes. Em face do interesse inequívoco de que se reveste a realização da terceira edição da Contextile em Guimarães, tendo em consideração a transversalidade e o impacto deste evento junto dos vimaranenses e na economia local, bem como na comunidade internacional do têxtil e da arte têxtil, proponho, ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição, à IDEIAS EMERGENTES – Produção Cultural, CRL, a atribuição de um subsídio de €20.000,00, destinado a comparticipar nos custos de realização da Contextile 2016. **3. Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra – aquisição de cadeiras** - O Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra solicita um apoio com vista à aquisição de cadeiras a instalar na sua sede e a utilizar nas diversas atividades promovidas por aquela Associação. Assim, em razão da importância da ação desenvolvida pelo Grupo Cultural na dinamização cultural e social da zona da Cidade onde está implantado, ação essa já enraizada e consolidada nos hábitos da população, proponho, ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra, de um subsídio de €2.230,00 destinado a comparticipar no custo de aquisição de cadeiras.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**  
**CULTURA - IRMANDADE DE SÃO CRISPIM E SÃO**

**CRISPINIANO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “Para além de deter um valioso património artístico e arquitetónico, a Irmandade de São Crispim e São Crispiniano continua a desenvolver importantes ações de cariz solidário e social, revestindo-se a preservação daquele património e a continuidade das funções sociais de inquestionável interesse público. Em face do estado de conservação dos imóveis de que é proprietária, a Direção daquela Irmandade propõe-se executar obras de reabilitação e restauro, cujo levantamento enviou ao Município e mereceu por parte dos técnicos que o apreciaram uma apreciação positiva. Tais obras incidem, fundamentalmente, na reabilitação funcional dos espaços consagrados ao serviço social assegurado pela Irmandade e na promoção de trabalhos de conservação e restauro do acervo da Capela do Albergue de São Crispim. Assim, em razão do interesse público destas intervenções, proponho a atribuição, à Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, de um subsídio de €40.000,00 destinado a compartilhar nos custos de execução das obras mencionadas.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - OFERTA DE BANDEIRA – ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE S. CRISTÓVÃO DA PENHA** – Presente a seguinte proposta: “Vem a Associação de Motoristas de S. Cristóvão da Penha solicitar a cedência de uma bandeira do Município destinada à sua sede. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à Associação de Motoristas de S. Cristóvão da Penha.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

**DESPORTO - GRUFC (GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL**



**CLUB) – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE** – Presente a seguinte proposta: “O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da equipa sénior, nos dias 23 e 24 de Abril a Lisboa. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa na final do campeonato nacional da segunda divisão, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 26 de abril, é proposto enviar ao executivo camarário, para ratificação o pedido de cedência de transporte, por ser uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DIVERSOS – APOIO À IRMANDADE DE S. TORCATO - FEIRA FRANCA DOS 27 – RATIFICAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “No dia 27 de fevereiro de 2016, realizou-se a tradicional e secular “Feira Franca dos 27” na Vila de S. Torcato, promovida pela Irmandade de S. Torcato. A Irmandade de S. Torcato solicitou o apoio da Câmara Municipal, na cedência de materiais e equipamentos para a construção de um picadeiro necessário à gala equestre. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa total de €1.458,90, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução dos trabalhos, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito, correspondendo às requisições nº 3217 e 3218/2016. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos e o interesse do evento para a comunidade, submete-se à ratificação do executivo camarário o

apoio daquela obra, assumindo a realização da mesma pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €1.458,90.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----**

Pelas 12:00 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Alberto Fernandes** que disse discordar da redação da ata de 16 de março último na parte que respeita à sua intervenção, no período de intervenção do público. Assim, leu, em voz alta, um documento tendo manifestado a intenção de entregar cópia desse documento a toda a Vereação. -----

De seguida, o Presidente da Câmara perguntou aos Vereadores se era possível antecipar a próxima reunião de Câmara para o próximo dia 25 de maio, uma quarta-feira, à hora habitual, considerando o feriado do dia 26 de maio (Corpo de Deus), o que foi aceite por unanimidade, considerando-se, assim, todos os membros presentes devidamente convocados -----

**PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**